

MONTES CLAROS ANOS 50: ENTRE A ESPERANÇA E A FRUSTRAÇÃO

MONTES CLAROS' FIFTIES: BETWEEN HOPE AND FRUSTATION

*Laurindo Mékie Pereira**

RESUMO: Este artigo analisa as relações sociais e as práticas políticas predominantes em Montes Claros na década de 1950 dentro do contexto das políticas de desenvolvimento levadas a efeito pelos Governos Estadual e Federal. Enquanto em âmbito nacional o governo divulgava a imagem de um país industrializado e moderno, no interior do país permaneciam estruturas econômicas e políticas “atrasadas”. Apesar disso, não havia conflitos entre uma dimensão e outra. Em Montes Claros, coronelismo e desenvolvimentismo coexistiram de forma harmônica e complementar.

PALAVRAS CHAVES: Desenvolvimentismo, coronelismo, industrialização, relações políticas.

ABSTRACT: This article analyse social relations and political uses in 1950's in Montes Claros, in a context of politics of development effected by state and federal government. While in the national circuit the government made public the image of a industrial and modern country, in the countryside remained retrograde economic and political structure. In spite of it, there were no conflicts between them. In Montes Claros, colonelism and development lived in a harmonious and complemental way.

KEY WORDS: development, colonelism, industrialization and political.

A década de 50 foi o tempo do espetáculo. Dirigido por um governo com um ousado plano de desenvolvimento econômico, o Brasil alcançou os maiores índices de crescimento industrial de sua história. O governo Juscelino Kubitschek, fundamentado no bem estruturado Plano de Metas, visava fazer a transição do país de base agrícola para o país de base industrial e assim incorporá-lo ao mundo capitalista moderno.

O Plano de Metas elegeu a industrialização como o seu objetivo central e a apontava como o único meio possível de se fazer a modernização. Para viabilizar a industrialização, procurou atacar de imediato os chamados “pontos de

estrangulamento”: a deficiência da energia elétrica e do sistema de transportes¹.

O Plano apoiava-se na abertura da economia nacional aos investimentos externos para, em parceria com os capitais estatais e privados nacionais, viabilizar a infra-estrutura necessária à concretização desse objetivo.

O desenvolvimentismo era apresentado pelo presidente e pela imprensa como o remédio para os males econômicos brasileiros. Sua efetivação, traria, por consequência, benefício ao conjunto da sociedade. Assim, invocava-se o apoio de todos ao esforço político do governo de promover o desenvolvimento econômico, o crescimento quantitativo da riqueza nacional que, uma vez efetivado, seria, em uma segunda

* Mestrando em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Orientadora: Profa. Dra. Heloísa Helena Pacheco Cardoso. Professor do departamento de História da UNIMONTES. E-mail mekie@bol.com.br.

etapa, dividida para o bem de toda a coletividade.

Sem dúvida, a primeira parte do Plano foi bem sucedida. Entretanto, a socialização dos ganhos alcançados pelo crescimento industrial nunca ocorreu. Um dos pilares do desenvolvimentismo era o Planejamento Econômico. Desde a década de 1940 esta prática se manifestava forte. Em nível nacional, o Plano SALTE, apesar de fracassado, foi a primeira experiência efetiva nesta área.(CARDOSO:1998)² A prática do planejamento, entendida com a definição de projetos e investimentos a partir de uma avaliação criteriosa da realidade nacional, foi uma política não só federal, mas também adotada por diversos governos estaduais.

Em Minas Gerais, o planejamento foi inaugurado com a formulação do Plano de Recuperação Econômica e Fomento à Produção pelo Governo Milton Campos (1947-1951), tendo como objetivo central os investimentos em energia e transportes – 67% do total dos investimentos previstos (DINIZ,1981:63). Embora o plano de Campos não tenha alcançado êxito, foi ele a base do programa de desenvolvimento, também centrado no binômio energia e transportes, do Governador Juscelino Kubitscheck, conforme Diniz (Idem). O governo JK foi vitorioso no aumento dos recursos energéticos, sendo a constituição da CEMIG, em 1952, o principal instrumento desse setor. Já o programa de transportes, embora tenha avançado, teve resultados mais modestos, permanecendo deficiente. Para executar o binômio, o governo radicalizou seu papel de auxiliar do capital privado agindo “...como verdadeira alavanca nos moldes de acumulação capitalista, transferindo recursos públicos para empresas privadas” (Id.Ibidem:79)..

Foi essa mesma lógica que presidiu o Plano de Metas do presidente Juscelino

Kubitscheck. O plano de JK serviu-se do legado da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que durante o Governo Vargas (1951-1954) realizara o diagnóstico da economia nacional, e dos estudos da CEPAL-BNDE que recomendara a industrialização sob direção e incentivo do Estado como estratégia para o desenvolvimento do país.³

Firmado no tripé formado por capitais estatal, estrangeiro e privado nacional, o Plano de Metas foi vitorioso na aceleração do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. O Plano propunha-se também a produzir justiça social. Essa era considerada uma consequência direta do avanço industrial (LEOLPDI,1991)⁴. O final do governo JK não comprovou essa previsão. Embora os efeitos da modernização tenham sido usufruídos pela população, o Plano de Metas não alterou a relação de exploração característica do capitalismo, pelo contrário, a consolidou.⁵

A insatisfação social frente aos resultados das políticas desenvolvimentistas evidenciaram-se nos movimentos populares no final dos anos 50. Em Montes Claros, os anos 1958 e 1959 foram de agitação social, expressas em mobilizações contra a carestia e contra o monopólio da carne.

A região Norte do Estado de Minas Gerais esteve à margem do desenvolvimentismo dos anos 50. Os efeitos práticos da intervenção do Estado como promotor da industrialização surgiram na segunda metade da década de 1960, quando foi viabilizada a infra-estrutura energética e de transportes e os incentivos fiscais da SUDENE⁶ atraíram à região investimentos industriais em volume expressivo. Entretanto, a região não assistiu passivamente ao espetáculo do período. A cidade de Montes Claros foi o centro de mobilização das elites regionais em um esforço conjunto para atraírem os investimentos do Estado e se inserirem na política desenvolvimentista.

Para Montes Claros, o desenvolvimentismo representou uma grande

esperança: faltava energia não só para industrialização como também para consumo doméstico, e as estradas da região eram precaríssimas. As elites locais, predominantemente agrárias, mobilizaram-se para inserir o município nos programas de investimentos públicos. O mais significativo desses esforços políticos foi a festa do centenário da cidade comemorado a 03 de julho de 1957.

Para barganhar do Estado os investimentos reclamados, as elites locais serviram-se de uma poderosa moeda de troca: o voto. Assim, “controlar” e transferir milhares de votos para candidatos situacionistas, era uma necessidade imperiosa. Para tanto, um conjunto de estratégias foi mobilizado no sentido de conquistar o voto da população.

Tais estratégias compunham da interação de elementos diversos – poder econômico, tradição e carisma dos coronéis, política assistencialista, violência, fraude e propaganda ideológica pela imprensa.

O coronel era, pois, uma liderança social, política e econômica que se utilizava de variadas estratégias para conquistar, exercer e manter seu poder. As formas de obtenção, legitimação e perpetuação do poder podem ser reunidas em dois grupos: medidas “não práticas” como a propaganda, os discursos e a teatralização do poder; e medidas práticas como a prestação de favores pessoais, a violência e a fraude.

As divergências em âmbito local eram acirradas, mas os grupos políticos opostos uniam-se na hora de respaldar as candidaturas e projetos governistas em níveis estadual e federal.

Dessa forma, a preservação das relações de dominação política, firmada em práticas coronelistas, era necessária aos projetos políticos e econômicos das elites. A análise da situação econômica e social dos anos 40 e 50 no município descortina

um quadro não muito alentador e contribui para se compreender essas relações políticas.

O problema do desemprego era gravíssimo. Ao final da década de 1950 apenas 28,8% da população estava empregada. Segundo o IBGE, em 1950 havia 21.549 pessoas em atividades remuneradas para uma população total de 52.367 pessoas. A população em 1960 totalizava 136.472 e só havia emprego remunerado para 39.365 pessoas (os dados de 1960 incluem a população e PEA de Mirabela, município desmembrado de Montes Claros em 1962)⁷.

Os serviços de água, esgoto e iluminação eram precaríssimos, atendiam a (respectivamente) 12% , 10% e 18% da população urbana⁸. O analfabetismo também era alto: 74, 63 % da população não sabia ler ou escrever em 1950⁹.

É nesse cenário que a figura política do coronel se destaca. Desprovida de renda, serviços públicos decentes e instrução razoável, a população é afastada do exercício livre de seus direitos políticos, seu papel restringe-se a votar no homem, “dotado de virtudes especiais”, capaz de guiá-la e de “resolver o problema”¹⁰ por ela.

Assim, na base de um país em franco processo de industrialização, “democrático” e “moderno”, imagens criadas e disseminadas pela ideologia desenvolvimentista, sobrevivia um país pobre, agrário e marcado por relações políticas “atrasadas”. Desenvolvimentismo e coronelismo conviviam de forma harmônica, interdependente, complementar.

Há uma abundante literatura acerca do coronelismo¹¹. Aqui, coronelismo é entendido como uma relação de dependência que se manifesta através de favores e se perpetua por meio de compromissos que mantêm a dominação política das elites econômicas sobre a população. No entanto, ressalte-se que este trabalho atenta para o caráter recíproco da dependência e para os limites da dominação.

O binômio desenvolvimentismo-coronelismo esteve presente ao longo da década de 1950. Aqui o focalizamos no contexto do Centenário de Montes Claros em 1957. Este evento é ilustrativo das relações de favor, dominação e subordinação, características do coronelismo, e também da manifestação da ideologia desenvolvimentista.

Até o ano de 1957, 03 de julho era uma data qualquer para os montesclarenses. A emancipação política de Montes Claros ocorreu em 13 de outubro de 1831 quando o arraial foi elevado à categoria de Vila com Câmara, agente executivo e instância judiciária. O título de cidade foi obtido em 03 de julho de 1857, o que, dentro do contexto do Império, não tinha nenhum efeito prático, tendo apenas um valor honorífico. Por que, então, a grande festa do Centenário levada a efeito a 03 de julho de 1957 ?

O centenário de 1957 é uma “tradição inventada”. As tradições inventadas são um conjunto de práticas rituais e simbólicas que visam transmitir determinados valores e normas. Para tanto, utiliza-se, sempre, de um passado histórico devidamente recortado, capaz de criar a idéia de uma continuidade histórica e assim legitimar a tradição (HOBSBAWN,1984).

Eric Hobsbawm classifica as tradições inventadas, após a Revolução Industrial, em três categorias/objetivos: a) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social; b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, status ou relações de autoridade e c) aquelas cujo propósito principal é socialização, a inculcação de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento (Idem). Há um traço característico comum nas três categorias: todas se propõem a funções sociais e políticas. A “tradição inventada” é, pois, essencialmente ideológica.

A invenção do centenário de Montes Claros insere-se no contexto de entusiasmo característico do período e reflete a vitalidade da pecuária local, maior força econômica e braço direito da Prefeitura Municipal na promoção da festa. Mas além disso, foi uma estratégia cuidadosamente planejada para solidificar relações políticas de dependência e dominação, construir a imagem de uma cidade moderna, de um povo ordeiro e trabalhador e por fim, atrair os tão reclamados investimentos do Estado e da União.

A partir desse ano, o 03 de julho transformou-se numa data festiva em Montes Claros: inauguração de obras, desfiles escolares e sessões cívicas são realizadas todos os anos para comemorar o “aniversário de emancipação política do município”. A “tradição inventada” foi assimilada, autonomizou-se em relação aos seus idealizadores e aos objetivos específicos que a engendraram¹².

Para empreender a comemoração e solidificar essa “tradição”, a imprensa teve um papel fundamental. O *Jornal Gazeta do Norte* deu larga divulgação ao projeto “Montes Claros Centenária”. Suas matérias visavam a construção de imagens novas da cidade: enfatizava-se o caráter “ordeiro”, “pacífico” da população e a “harmonia” entre as classes sociais.

O ano de 1957 marcou-se pela intensa mobilização das elites locais, respaldados pela imprensa, no sentido de reclamar do poder público a abertura e preservação de estradas, a construção de hidrelétricas, a instalação do serviço de telefone interurbano, abastecimento d’água e montagem de um frigorífico em Montes Claros.

Além de fornecer subsídio às essas reivindicações, o “centenário” foi utilizado para solidificar o domínio dos grupos tradicionais na política local e melhorar a “imagem” do município em âmbitos estadual e federal – Montes Claros tinha a fama de “terra de

cangaceiros” por causa dos violentos conflitos políticos locais.

O prestígio político do município foi significativo desde o Império, quando Gonçalves Chaves, natural de Montes Claros, foi presidente das Províncias de Santa Catarina e Minas Gerais. Mas, junto com esta força política, sobrevivia a fama de uma cidade violenta, infestada de jagunços e acostumada a resolver suas divergências políticas por meio da força. A fama não era gratuita. Pelo menos três episódios tiveram repercussão em todo o Estado e mesmo em todo o País.

O primeiro destes fatos data de 1915 quando se formaram duas Câmaras Municipais. Os dois grupos – “Partido de Cima” e “Partido de Baixo” - julgaram-se vitoriosos. *“Formaram-se duas câmaras no mesmo prédio, em salas diferentes. (...) no mercado instalaram-se duas balanças(...)”* (PAULA,1979:157-158). O governo estadual interveio, unificando a Câmara através de um sorteio que definiu o presidente do Legislativo local.

O segundo episódio marcante ocorreu em 1918. Os grupos liderados pelos coronéis Camilo Prates e Honorato Alves travaram um tiroteio nas ruas de Montes Claros resultando em vários feridos e quatro mortos.

Se esses primeiros fatos “projetaram” Montes Claros em âmbito estadual, o tiroteio de 1930 o fez em nível nacional. O grupo liderado por Dr. João Alves, no comando da Câmara em 1930, apoiava a Aliança Liberal. A oposição local apoiava Júlio Prestes e tinha o Jornal Gazeta do Norte como veículo de propaganda. O vice-presidente da República, Melo Viana, visitou a cidade e, quando sua comitiva passava em frente à residência do Dr. João Alves, ocorreu uma troca de tiros. Resultado do tiroteio: diversos feridos, incluindo o próprio Melo Viana, e cinco

mortos, entre eles o secretário do vice-presidente, Dr. Rafael Fleury (Idem).

A partir desses episódios Montes Claros ficou conhecida como “terra de cangaceiros”¹³. Mesmo em nível local a memória desses fatos incomodava. Em todo início de campanha política a imprensa publicava numerosos artigos, pregando a “paz e a concórdia”, a “tranquilidade para a família montesclareense”. A tensão e a insegurança eram fortes em tempos de eleição. Em 1947, os presidentes dos partidos assinaram um acordo suspendendo a campanha política para a prefeitura cinco dias antes das eleições. Os líderes justificaram a medida por causa da

.... exaltação de ânimo existente e desejando manter a calma necessária para que as eleições do dia vinte e tres transcorram com o brilho cívico que os nossos fóros de civilização exigem, e ainda não expôr a nossa população a situações trágicas (GAZETA DE MONTES CLAROS, 23 nov./1947:01).

Assinaram o acordo: Cel. João Lopes Martins (PR), Cel. Domingos Lopes da Silva (PSD Independente), Cel. Filomeno Ribeiro (PSD), Álvaro Marcílio (UDN), Argentino Roque de Souza (PTB).

Para “corrigir” essa má-fama, melhorar a imagem da cidade, durante as celebrações de julho de 1957 foram organizados desfiles históricos-folclóricos “contando” a história da cidade, palestras acerca dos “homens importantes da nossa história” e a recepção as autoridades – Presidente da República, Governador, Ministros e Secretários – foram marcadas por um ambiente festivo e pacífico.

Ao longo dos preparativos e durante as festividades a população foi tomada pelo entusiasmo. A prefeitura construiu várias obras de embelezamento urbano, as fachadas dos prédios centrais foram pintadas e a Associação Rural construiu, com o apoio de recursos públicos, o parque de exposições.

O ponto alto da festa do centenário foi a visita de Juscelino Kubitschek. O presidente inaugurou a primeira exposição e abriu

oficialmente as comemorações. A união dos grupos locais na recepção festiva e pacífica aos ministros e secretários de Estado, ao governador Bias Fortes e ao presidente da República demonstraram que a cidade havia se “regenerado”.

O discurso proferido por Juscelino Kubitschek é um retrato fiel do pensamento/ideologia disseminados pela elite e pela imprensa locais nos anos 50.¹⁴ No decorrer do discurso, as imagens de um povo forte e trabalhador e de uma cidade próspera se sucedem. O presidente inicia enaltecendo a lealdade e fidelidade dos montesclarenses. Refere-se ao parque de exposições como o sinal do “*arrojo, o espírito progressista, o brio municipal, a inteligência vivaz, a energia e a perseverança do povo de Montes Claros*” Oliveira, J. Kubitschek, In: GAZETA DO NORTE, 07 jul./1957:1).

JK foi até às origens coloniais de Montes Claros para identificar as fontes de sua vitalidade:

pertenceis à raça indômica de desbravadores que (...) vai edificando uma nação vigorosa, que ainda em nossos dias surpreenderá o mundo com seu poder e sua riqueza, postos a serviço de fraternos anseios de paz, na comunhão dos povos (Idem).

Neste trecho, estão também associadas diversas idéias que compunham a ideologia desenvolvimentista: o vigor da “raça”, a nação grandiosa que progride e surpreende, a harmonia e fraternidade entre os povos. Nesse raciocínio não há nenhum conflito, obstáculo ou dificuldade qualquer ao desenvolvimento do país.

Reforçando o imaginário bandeirante, o presidente retoma a história regional:

associáveis a ousadia, ao ânimo aventureiro, ao cavalheiresco fervor bandeirante, que veio do Sul a cata de pedras preciosas, pacíficas virtudes campônias dos criadores de gado e

plantadores de roça que subiram o Rio São Francisco e povoaram os sertões em estabelecimentos duradouros. Na confluência desses movimentos (...) vossa terra abrigou e fundiu populações de tendências distintas, mesclando as varonis qualidades daqueles dois tipos de sertanistas ... (Idem).

Desenhado o modelo do homem norte-mineiro, JK entra pessoalmente em cena, veste-se da indumentária que ele mesmo confeccionou: “*Homem do Norte de Minas, sinto-me constrangido em louvar e enaltecer as vossas virtudes. Dir-se-ia que, fazendo-o, também me louvo e enalteço*” (Idem). Aqui encontra-se uma sutileza do discurso presidencial: JK associa idéias como bandeirismo, bravura, desbravamento e vigor sertanejo com as noções de progresso e modernidade em voga nos anos 50 e apresenta-se como a síntese desses dois conjuntos de virtudes.

Juscelino elogiou as lideranças antigas do município e reafirmou as antigas promessas: a pavimentação Montes Claros-Corinto, rodovia Montes Claros-Pirapora, canalização do Rio Vieira, ampliação do abastecimento d’água e retificação de esgotos e a ligação do Norte de Minas ao sistema Três Marias. O último item, a energia, foi objeto de longa explanação porque, segundo o presidente, respresentaria a “revolução” de toda a economia do município e da região.

Proporcionando-vos energia e transporte convôco cooperando em serviços locais de vital importância para a vossa população, espero poder dar um passo definitivo para que a esta próspera cidade se abram perspectivas ilimitadas de progresso (OLIVEIRA,1957:1).

Concluiu JK, enchendo Montes Claros de esperança.

O presidente disse tudo que seu público queria ouvir. A julgar pelo seu discurso, o centenário inventado cumpriu todos os seus propósitos. Estas imagens ficaram registradas na

memória das pessoas que assistiram ao espetáculo:

“Pra mim foi um (Prefeito Geraldo Athayde) que deu um visual na cidade com esse parque, foi quando eles construiu esse parque (...) mas num foi construído pela prefeitura não, cê entendeu? foi pela Sociedade Rural (...) Pra inaugurar isso aí e fazer o centenário da cidade, primeiro centenário, ele começou a mudar a Praça da Matriz, de bloqueti (...) folgou ali as ruas, foi calçando, arrumano, foi preparano a cidade pra a primeira festa do centenário que foi uma, um estoro de festa, certo?. Mais aí tamem foi quando Juscelino Kubistcheck de Oliveira, que foi um grande governador, tamem de Minas, que eu considero um dos mior governador, entre ele e Magalhães Pinto e otros mais aí naquela época era a época do homem séro e honesto, por isso que eu digo pro cê que quando eu conheci o presidente da república que chamava Getúlio Varga até quando ele morreu, pra mim foi um homem, pelo menos um homem séro, nego num invadia, o Brasil num viro casa de mãe joana na época dele não, cê pode perguntar esses mais veios da minha idade e mais veio do que eu que es diz a mesma coisa: não, o Brasil era Brasil.”¹⁵

Entretanto, passada a festa, findo o espetáculo, Montes Claros acordou para a realidade.

A década de 1950 não foi, entretanto, apenas festa. Os problemas sociais como o desemprego, a mendicância, a violência urbana e a carestia provocaram a revolta da população. Os movimentos de maior repercussão foram protagonizados pelos estudantes e pelas donas de casa. Os primeiros realizaram enérgicos protestos contra JK em 1953 promovendo o “enterro simbólico” do governador¹⁶ em 1959 ameaçaram depredar o Cine Cel. Ribeiro.¹⁷ As donas de casa fundaram em 1959 a Associação das Donas de Casa de Montes Claros e encetaram uma campanha contra a carestia. Reivindicavam a ação das autoridades locais – Câmara e Prefeitura – no sentido de dotar a cidade de armazéns

públicos para fornecer gêneros de primeira necessidade pelo preço de custo, realizaram passeatas exibindo panelas vazias, foram às reuniões da Câmara Municipal exigir providências dos vereadores e conseguiram a adesão da população reunindo cerca de 1300 assinaturas em uma carta de protesto e reivindicação.¹⁸ Em atendimento aos reclamos das donas de casa, os serviços de armazéns públicos das cidade foram aperfeiçoados conforme o *Gazeta do Norte*.¹⁹

Os resultados da política desenvolvimentista em Montes Claros foram tímidos: os investimentos em infra-estrutura, pré-requisitos para a industrialização, não ocorreram.

As elites locais foram bem sucedidas na conquista e transferência de votos, conseguiram agrupar forças, uniram-se para projetar Montes Claros através da festa do Centenário, mas os sonhados investimentos não vieram.

O fracasso das reivindicações de Montes Claros explica pelas características econômicas da região. A maior fonte de renda e o setor que mais empregava em Montes Claros era o agropecuário²⁰. Os programas de desenvolvimento executados desde o final dos anos 40 elegiam a industrialização como prioridade absoluta.

Em âmbito estadual, o Plano de Recuperação e Fomento a Produção do Governo Milton Campos (1947-1951) representou uma esperança para Montes Claros porque, embora também elegesse a industrialização como meta principal, previa um desenvolvimento integrado e equilibrado da indústria e da agricultura. As medidas voltadas para o desenvolvimento dos setores rurais consistiam na produção de adubos e calcáreo e na instalação de um rede de frigoríficos em Belo Horizonte, Triângulo Mineiro, Ibiá, Governador Valadares e em duas cidades do Norte de Minas: Pirapora e Montes Claros (DINIZ,1998).

Apesar de fracassado em seus objetivos concretos, o Plano de Milton Campos serviu de

base para o plano de desenvolvimento do Governador Kubsticheck. Entretanto, na gestão JK, o equilíbrio indústria-agricultura cedeu lugar ao esforço total no desenvolvimento da primeira. Para tanto, o governo estadual procurou romper os entraves infraestruturais: a deficiência dos transportes e as limitações energéticas. A idéia de um desenvolvimento integrado foi abandonada em favor da especialização produtiva e da concentração espacial da indústria na região metropolitana de Belo Horizonte (DULCI,1999).

A mesma orientação – especialização/concentração industrial – foi seguida no Governo Bias Fortes (1956-1960). Assim, predominou nos anos 50 o que Dulci chama de “Modelo Pessedista” em detrimento do “Modelo Udenista” que, segundo o autor, foi a política de desenvolvimento integrado que se tentou executar no Governo Milton Campos.

Na linha de racínio de Dulci, a presença de Juscelino Kubsticheck na Presidência da República significou a extensão do “modelo pessedista” de modernização para todo o Brasil. De fato, conforme diversos autores²¹, o Plano de Metas, embora mencionasse a agricultura como uma de suas áreas de atuação, não enfrentou efetivamente os problemas da agropecuária e ignorou a questão agrária.

Segundo Cardoso, as diversas ações que constavam no item “racionalização da agricultura” do Plano de Metas - mecanização, uso de fertilizantes, controle sanitário, conservação do solo, irrigação e aperfeiçoamento do rebanho – pretendiam transformar “*a agricultura arcaica em outra bem mais moderna, apoiada em conhecimentos científicos e tecnologia avançada*” (CARDOSO,1998:54). Para tanto, o Plano recomendava a “construção de silos, armazéns e frigoríficos” e “ampliação e diversificação do crédito

agrícola”. Entretanto, conforme a própria autora, após três anos de Plano de Metas, a agricultura e a pecuária permaneciam “deficitárias” do ponto de vista produtivo e a questão agrária intocada, confirmando o “monopólio da propriedade da terra” e a não aplicação da legislação trabalhista à massa camponesa até o final do Governo JK (Idem:59-60).

Assim, sendo a industrialização a meta central dos programas de desenvolvimento dos anos 50, os investimentos foram concentrados em setores que pudessem alavancar e concretizar tal objetivo. O desenvolvimento do binômio energia e transportes, privilegiados pelas administrações estaduais de JK e Bias Fortes e pelo Plano de Metas, marginalizou o Norte de Minas. Esta região, como todo o Nordeste viria a ser contemplada com uma “meta especial”: a Operação Nordeste.

Nesse sentido, a criação da SUDENE (1959) e a inclusão do Norte de Minas em sua área de atuação transformaram-se na última esperança para a região. As obras que demandavam maior investimento como a ligação com Três Marias, a pavimentação da rodovia Montes Claros-Belo Horizonte e o apoio para montagem do frigorífico só surgiram na segunda metade da década de 1960, já com o apoio da Superintendência.

Notas

1 O Programa de governo compreendia 30 metas, nos setores de energia (elétrica, nuclear, carvão mineral, petróleo), transportes (ferrovias, rodovias, portos e dragagem, marinha mercante, transportes aérovários), produção agrícola (trigo, armazéns e silos, frigoríficos, matadouros, mecanização e fertilizantes), indústria siderúrgica, alumínio, metais não ferrosos, cimento, celulose e papel, borracha, indústria automobilística, construção naval, indústria mecânica e material elétrica pesado, e educação. Todas as metas se uniam em torno da busca de um processo acelerado de desenvolvimento econômico, mesmo a da educação, incluindo escolas industriais e agrícolas e

a ênfase no reequipamento das escolas de engenharia.

2 O Plano SALTE foi elaborado em 1948 pelo Governo Gaspar Dutra tendo como áreas prioritárias: saúde, alimentação, transporte e energia. O SALTE não obteve êxito em função das limitações orçamentárias e das dificuldades de obtenção de empréstimos externos.

3 CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco, op. cit. p. 52. ORENSTEIN, Luiz e SOCHOCZEWSKI, Antônio Cláudio. "Democracia com Desenvolvimento: 1956-1961" In: ABREU, Marcelo Paiva (org.) *A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, pp. 171-195.

4 O apelo social do Plano de Metas era, segundo Leopoldi, uma das bases da ideologia desenvolvimentista e um dos instrumentos ideológicos utilizados por Jk para conseguir apoio político ao PM.

5 CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco. Op.cit.

6 A respeito do papel da SUDENE no desenvolvimento de Montes Claros ver OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. *O processo de desenvolvimento de Montes Claros (MG) sob a orientação da SUDENE (1960-1980)*. São Paulo: USP, 1996. (Dissertação de Mestrado).

7 Censo Demográfico de 1950 e Anuário Estatístico de 1980. Evidentemente, o desemprego é menor se considerarmos apenas os números da população maior de dez anos de idade (42.316 pessoas em 1940 e 48.040 em 1950.) Entretanto, tendo em vista o caráter rural da economia regional pode-se afirmar que grande parte da população menor de dez anos já, por hábito e necessidade, estava envolvida em atividades remuneradas e/ou de subsistência..

8 Censo Demográfico de 1960. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1960, vol. 1, tomo IX

9 Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. RJ: IBGE, 1959.

10 As imagens-virtudes dos coronéis eram propagadas pela imprensa dos anos 50 pelos Jornais *Gazeta do Norte* e *O Jornal de Montes Claros* e pela *Revista Montes Claros em Foco*.

11 Cf. Referência bibliográficas no final desse artigo.

12 Como assinala Hobsbawm, uma vez assimiladas, as tradições deixam de ser totalmente "manipuláveis pelo seu criador". (HOBSBAWM E RANGER, 1984: 315-316).

13 Em 03 de junho de 1953 os vereadores de Montes Claros enviaram um protesto inflamado às emissoras de rádio - Rádio Segurança Pública, Clube de Pernambuco, Record e Rádio Globo - que, ao noticiarem um acidente com o montesclarenses João Alencar Athayde no Rio de Janeiro, referiram-se à cidade como "terra de cangaceiros". GUIMARÃES, op. cit. pp. 81-82.

14 A desenvoltura com que Juscelino falava da história de Montes Claros, de suas memórias políticas e de seus projetos explica-se, além do fato dele ser natural de Diamantina, cidade do Vale Jequitinhonha, pela presença de José Maria Alkimin no Ministério da Fazenda (Alkimin era natural de Bocaiúva, cidade próxima a Montes Claros, e estreitamente ligado às lideranças políticas montesclarenses) e do escritor Cyro dos Anjos que era sub-chefe do Gabinete do Presidente.

15 Depoimento de Osmar dos Reis Lopes Ribeiro, agricultor/carpinteiro/aposentado, no dia 15/06/2000 em Montes Claros

16 *Gazeta do Norte*, Montes Claros, 17 set. 1953, p.1

17 PIMENTA, L, *Gazeta do Norte*, Montes Claros, 22 nov. 1959, p.1

18 Pasta de Amostragem documental de 1959 da *Câmara Municipal de Montes Claros*

19 *Gazeta do Norte*, Montes Claros, 14 maio 1959, p.1

20 As atividades agropecuárias empregavam 80,80 da população economicamente ativa em 1940, 64,58% em 1950 e 66,80 % em 1960. Censo Demográfico de 1940. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.- Censo Demográfico de 1960.

21 Ver:

CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco. op. cit.

ABREU, Marcelo de Paiva. Op. cit.

LEOLPDI, Maria Antonieta P. "Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-60). In: GOMES, Ângela de Castro. *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1991

LESSA, Carlos. *15 anos de política econômica*, São Paulo: Brasiliense, 1983.

Fontes

a) Jornais

- *Gazeta do Norte*. Montes Claros - 1940-1962 (exceto 1941 e 1961)

- *O Jornal de Montes Claros*. Montes Claros - setembro a dezembro de 1951

a) Revistas

- *Montes Claros em Foco*. Montes Claros - 1956-1962

- *Montes Claros*. Montes Claros – 1941.

- *Nossa História*. Montes Claros – 1999.

b) IBGE

- Censo Demográfico de 1940. Série Regional. Parte III- Minas Gerais. Tomo I. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1950.

- Anuário Estatístico de Minas Gerais. Ano VI - 1952. Departamento Estadual de Estatística. Órgão Regional do IBGE, 1952.

- Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

- Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

- Censo Demográfico de 1960 - Minas Gerais - V.I. Tomo IV.

- Censo Demográfico de 1970. Minas Gerais. Série Regional. Vol. I. Tomo XIV. 2ª parte. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

c) Câmara Municipal de Montes Claros:

- Atas das reuniões de vereadores – 1959-1960.

- Correspondências Diversas de entidades e moradores – 1947-1962.

d) Memorialistas

GUIMARÃES, Jorge Tadeu. *Faces do Legislativo*. Montes Claros: Sociedade Educacional Arapuim, 1997.

PAULA, Hermes de. *Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes*. Montes Claros: Pongetti, 1979.

VIANNA, Nelson. *Efemérides montesclarenses 1707-1962*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1964.

Referências Bibliográficas

ABREU, M. de P. (org.) *A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

CARONE, E. *A República Velha*. (Instituições e Classes Sociais). São Paulo: Difel, 1972.

CARVALHO, J. M. de. *Pontos e Bordados, escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

DINIZ, C. Campolina. *Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

DULCI, O. S. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte, UFMG, 1999.

FAORO, R. *Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo: Globo, 2000. Vol. I e II.

FORTUNATO, M. L.. *O coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local*. Capinas: UNICAMP, 2000. (Tese de Doutorado).

GUALBERTO, J. *A Invenção do Coronel*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 1995.

HOBSBAWM, E. e RANGER, T. (org.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos – 1914-1991: o breve século XX*. São Paulo: Cia das Letras, 199

JANOTTI, M. de L. M. *Coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

LESSA, C. *15 anos de política econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LEOLPDI, M. A . P. “Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-60). In: GOMES, Ângela de Castro. *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1991.

OLIVEIRA, E. A . F de. *Nova Cidade, Velha Política - um estudo de poder sobre Montes Claros - MG*. Recife: UFPE, 1994. (Dissertação de Mestrado).

OLIVEIRA, M. F. M. *O processo de desenvolvimento de Montes Claros (MG) sob a orientação da SUDENE (1960-1980)*. São Paulo: USP, 1996. (Dissertação de Mestrado).

QUEIROZ, M. I. P. “*O coronelismo numa interpretação sociológica*.” In: FAUSTO, Bóris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano – Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. São Paulo, Difel, 1975. T. III, V.1, p. 153-190.

_____. *O Mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

RODRIGUES, L. *Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba - uma interpretação: 1970-1996*. São Paulo: USP, 1998. (Tese de Doutorado).